



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

Publicado no DOU nº 20, Seção 1,
de 29/JAN/2019, páginas 64/66.

DESPESAS EXECUTADAS													RS 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	(Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	
	LIQUIDADAS													
	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)
	(a)													(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.241.917,27	4.649.334,72	4.884.777,18	4.718.599,96	4.795.315,19	4.861.146,97	4.786.060,37	4.835.620,77	4.851.438,77	6.281.478,54	9.739.739,12	7.099.649,16	67.745.078,02	251.647,41
Pessoal Ativo	5.494.502,24	4.131.038,29	4.362.082,97	4.193.166,44	4.272.620,98	4.331.765,26	4.241.584,34	4.278.302,71	4.297.301,96	5.727.341,73	8.886.638,58	6.571.459,92	60.787.805,42	251.647,41
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.938.659,59	3.571.146,38	3.794.923,76	3.637.213,87	3.708.896,52	3.763.380,66	3.673.819,20	3.711.908,80	3.729.084,08	5.150.343,27	7.722.642,24	5.957.556,06	53.359.574,43	238.447,41
Obrigações Patronais	555.842,65	559.891,91	567.159,21	555.952,57	563.724,46	568.384,60	567.765,14	566.393,91	568.217,88	576.998,46	1.163.996,34	613.903,86	7.428.230,99	13.200,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	522.694,21	529.381,71	544.476,03	557.318,06	554.136,81	554.136,81	853.100,54	528.189,24	6.957.272,60	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	624.268,48	435.572,42	440.283,37	443.022,68	440.283,37	446.072,85	461.167,17	460.223,78	460.223,78	460.223,78	709.960,39	435.510,48	5.816.812,55	-
Pensões	123.146,55	82.724,01	82.410,84	82.410,84	82.410,84	83.308,86	83.308,86	97.094,28	93.913,03	93.913,03	143.140,15	92.678,76	1.140.460,05	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	530.097,48	529.381,71	544.476,03	557.318,06	564.508,98	554.136,81	93.252,66	544.161,21	6.231.172,13	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	7.403,27	-	-	-	10.372,17	-	-	47.408,55	65.183,99	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	747.415,03	518.296,43	522.694,21	525.433,52	522.694,21	529.381,71	544.476,03	557.318,06	554.136,81	554.136,81	93.252,66	496.752,66	6.165.988,14	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.494.502,24	4.131.038,29	4.362.082,97	4.193.166,44	4.265.217,71	4.331.765,26	4.241.584,34	4.278.302,71	4.286.929,79	5.727.341,73	9.646.486,46	6.555.487,95	61.513.905,89	251.647,41
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											VALOR	% SOBRE A RCL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												805.348.403.466,57	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)												61.765.553,30	0,007669	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												100.499.427,27	0,012479	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												95.474.455,91	0,011855	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)												90.449.484,54	0,011231	
FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 23/jan/2019, às 16h e 10min.														
¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 50, de 23 de janeiro de 2019.														

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

				RS 1,00	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				67.996.725,43	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				6.231.172,13	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				61.765.553,30	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				805.348.403.466,57	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100				0,007669%	
LIMITES MÁXIMOS	LRF, art. 20, incisos I, II e III			% DA RCL	VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,012515%	100.789.352,69
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,012479%	100.499.427,27
	"Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-
Notas: 1. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 50 de 23/01/2019. 2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.					

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							RS 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
		(a)	(b)	(c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.931.102,70	-	-	1.664.000,00	-	267.102,70	97.135,42	-	
Recursos destinados ao RPPS	8.482,86	-	-	-	-	8.482,86	-	-	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	8.482,86	-	-	-	-	8.482,86	-	-	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	1.664.000,00	-	-	1.664.000,00	-	-	-	-	
0144 - Títulos de Respons. Tesouro - Outras Aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.664.000,00	-	-	1.664.000,00	-	-	-	-	
Outras destinações vinculadas de recursos	258.619,84	-	-	-	-	258.619,84	97.135,42	-	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	188.409,84	-	-	-	-	188.409,84	97.135,42	-	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	70.210,00	-	-	-	-	70.210,00	-	-	
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-	
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-	
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	
0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.102.280,00	450.308,53	255.994,54	3.678.129,01	-	1.717.847,92	1.717.847,92	-	
Recursos Ordinários	6.102.280,00	450.308,53	255.994,54	3.678.129,01	-	1.717.847,92	1.717.847,92	-	
0100 - Recursos Ordinários	6.102.280,00	450.308,53	255.994,54	3.678.129,01	-	1.717.847,92	1.717.847,92	-	
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I-II)	8.033.382,70	450.308,53	255.994,54	5.342.129,01	-	1.984.950,62	1.814.983,34	-	
FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 23/jan/2019, às 16h e 10min.									

Notas:

1. O modelo estabelecido na 8ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 4.616.590,95.

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2018

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida		805.348.403.466,57
DESPESA COM PESSOAL		VALOR
		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		61.765.553,30
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		100.499.427,27
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		95.474.455,91
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		90.449.484,54
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos		1.814.983,34
		1.984.950,62
FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 23/jan/2019, às 16h e 10min.		



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Secretário(a) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, em 25/01/2019, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por PAULO ANDRÉ VIANA COTTA, Coordenador(a) Substituto, em 25/01/2019, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral, em 25/01/2019, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente, em 25/01/2019, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0386440** e o código CRC **1F7689EF**.